

Para RNP, há opiniões divergentes

Concepção sobre montagem da estrutura da rede no País causa polêmica, diz Takahashi

LIANA JOHN

CAMPINAS — O coordenador da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), Eduardo Tadao Takahashi, afirmou que não há uma guerra entre instituições pelo controle dos serviços na Internet comercial. "O que existe são opiniões divergentes de como montar a estrutura dessa Internet comercial no País".

Segundo Tadao, a Embratel pretendia ser a única prestadora de serviços da Internet comercial, que começa a operar segunda-feira, mas foi surpreendida por uma norma que garante acesso a qualquer empresa — pública ou privada — na qualidade de exploradora de serviços de conexão à Internet.

A Internet integra milhares de redes de computadores locais e regionais do mundo todo, com uma estimativa de 20 milhões a 30 milhões de usuários. Até dois anos atrás, o acesso dos brasileiros a ela era administrado pelos provedores dos Estados Unidos. Provedores são empresas ou organizações que registram os endereços de acesso. Como a Internet entrou no Brasil pela via acadêmica, os primeiros provedores brasileiros eram ligados a universidades e instituições de pesquisas. Como um braço do Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq, a RNP tornou-se responsável pela infra-estrutura de acesso dos usuários

acadêmicos à Internet internacional. Essa infra-estrutura seria comparável, a grosso modo, à malha viária do País e é chamada de backbone (espinha dorsal) na gíria informática. Em outras palavras, a RNP se encarrega de conectar computadores do País com a Internet internacional, por meio de redes locais, estaduais e grandes infovias nacionais.

Até agora esses computadores somam cerca de 10 mil em todo o Brasil e representam aproximadamente 50 mil usuários. "Não estamos contra a prestação de serviços da Embratel, mas queremos deixar claro que o serviço que ela pode prestar é uma gotinha num oceano de necessidade", reitera Takahashi. Por isso,

ele se envolveu nas negociações em torno da portaria regulamentadora.

De acordo com a portaria, o único monopólio, assegurado inclusive pela Constituição, é o dos meios físicos para conexão.

Esse monopólio é da Embratel e das empresas de telecomunicações.

Haverá ainda mais uma reunião entre o Ministério das Comunicações e o da Ciência e Tecnologia, no próximo dia 8 de maio, para definir as regras e instruções de como as empresas interessadas em ser prestadoras de serviços Internet devem conseguir seu acesso à rede internacional. A Embratel será uma dessas prestadoras de serviço e, segundo Tadao, não tem nenhum problema operacional que a impeça de começar a ligar seus clientes cadastrados no dia 1º de maio.

EMBRATEL
SERÁ
PRESTADORA
DE SERVIÇO